

O caráter não-ontológico do *eu* na Crítica da Razão Pura

Adriano Bueno Kurle¹

1. Introdução

A questão a tratar aqui é a do conceito de *eu* na filosofia teórica de Kant, mais especificamente na Crítica da Razão Pura. A exposição do conceito de *eu* aparece repartida em dois momentos, um positivo e outro negativo, respectivamente: (1) a autoconsciência *a priori* como condição da unidade dos pensamentos, aonde se distingue a *apercepção originária* como condição para toda síntese (unidade sobre a qual repousa toda síntese e tornando possível a unidade das representações e a síntese delas entre si – ou seja, possibilitando o pensamento) e a própria consciência deste sujeito como sendo sujeito das suas próprias representações – característica da *consciência de si*. O primeiro conceito é um conceito sintético, e o segundo é analítico. Esta primeira parte encontra o máximo de conteúdo que se pode afirmar sobre o *eu* em condições *a priori*, isto é, sem mesclar ao conceito nada de empírico (nenhuma intuição sensível e nenhuma das formas puras da sensibilidade, a saber, espaço e tempo). Estes conceitos encontram um lugar estrutural na formação do conhecimento, e tem seu caráter restringido ao lógico-formal²; (2) analisa-se o conceito de *eu* de acordo com as quatro categorias do entendimento, de maneira a delimitar o que pode ser afirmado *a priori* sobre este conceito: segundo a quantidade, que o *eu* seja uno e independente de seus predicados; segundo a qualidade, que seja uma realidade simples, e não composta de uma pluralidade – que seja indivisível ou divisível – o *eu* é simples, e não composto; segundo a relação, sua subsistência e identidade no tempo – é substância; e segundo a modalidade, a sua existência e a sua relação com objetos possíveis no espaço. Esta análise terá uma conclusão negativa, pois neste caso não é possível conhecer o conceito de *eu a priori* em sua relação com as categorias, pois as categorias têm sua aplicabilidade válida restrita aos objetos da intuição sensível³. Assim que todo objeto da intuição sensível está no espaço e no tempo, para que ao conceito de *eu* possa ser aplicada qualquer

¹Mestrando em Filosofia pela PUCRS

² Cf. KANT, *Crítica da Razão pura*. In: Os Pensadores, quarta edição, volume 1. São Paulo: Nova Cultural, 1991, p. 80-85.

³ Cf. KANT, *Crítica da Razão pura*. In: Os Pensadores, quarta edição, volume 1. São Paulo: Nova Cultural, 1991, p. 86-87.

categoria e, assim, seja-lhe dada qualquer determinação, é pressuposto que este conceito seja objeto da intuição sensível para que as categorias lhe sejam aplicadas. Aqui se explicita o caráter negativo da análise kantiana do *eu* enquanto conceito *a priori*, e dadas as exigências já explicitadas o conceito em questão só pode ser determinado empiricamente. Então Kant se opõe, nos paralogismos, às teses metafísicas que propõe um conhecimento puro da alma através da introspecção subjetiva que toma o dado imediato da existência do pensamento, unificado no conceito de *eu*, como um dado ontológico independente da existência empírica como uma ilusão transcendental⁴.

2. A unidade da consciência

Visto que a sensibilidade é a faculdade da recepção (é a faculdade passiva, que recebe impressões sensíveis, o múltiplo que é percebido mediante as formas puras da intuição, que são o espaço e o tempo), os objetos que aparecem à intuição sensível são relacionados com o entendimento (faculdade ativa, espontânea) e conceituados através das categorias puras. Porém, para que o múltiplo se torne unidade em um conceito e possa assim ser representado, é necessária a passagem do múltiplo para a unidade, o que ocorre mediante uma *ligação*, nomeada *síntese*, através da atividade espontânea do entendimento:

“Todavia, a ligação de um múltiplo em geral jamais pode nos advir dos sentidos e, por conseguinte, tampouco estar ao mesmo tempo contida na forma pura da intuição sensível; pois tal ligação é um ato da espontaneidade da capacidade de representação e, visto que se tem que denominar a esta *entendimento* para diferenciá-la da sensibilidade, toda ligação – quer possamos ser conscientes dela quer não, quer seja uma ligação do múltiplo da intuição ou de vários conceitos e, na primeira, de uma intuição sensível ou não – é uma ação do entendimento que designaremos com o nome geral de *síntese* para, mediante isso, ao mesmo tempo observar que não podemos nos representar nada ligado no objeto sem o termos nós mesmos ligado antes, sendo dentre todas as representações a *ligação* a única que não pode ser dada por objetos, *mas constituída unicamente pelo próprio sujeito por ser um ato da espontaneidade*⁵.”

⁴ Cf. KANT, *Crítica da Razão pura*. In: Os Pensadores, quarta edição, volume 2. São Paulo: Nova Cultural, 1991, p. 30-43.

⁵ KANT, *Crítica da Razão pura*. In: Os Pensadores, quarta edição, volume 1. São Paulo: Nova Cultural, 1991, p. 80. Grifo nosso.

A este conceito de síntese é acrescido o conceito de unidade: a unidade destas sínteses é condição para as próprias sínteses, pois para sintetizar aquilo que em primeira instância é dado como múltiplo, é necessária a ideia de unidade desta ligação. Aqui a unidade de ligação não é um produto já contido na síntese mesma, mas uma representação que é acrescida a ele, podendo ser pensada não como produto consequente de determinadas sínteses, mas antes como uma unidade que é acrescida à toda ligação. Então esta unidade entre as intuições, conceitos e juízos é uma unidade de uma ligação não apenas entre estes juízos, mas a uma unidade anterior que possibilita a identidade de toda a consciência e a ligação de todas as representações, conceitos e juízos entre si. Assim:

A representação desta unidade não pode, portanto, surgir da ligação; muito antes, pelo fato de ser acrescida à representação do múltiplo, a representação de tal unidade possibilita primeiramente o conceito de ligação. Esta unidade, que precede *a priori* todos os conceitos de ligação, não é aquela categoria de unidade, pois *todas as categorias fundam-se sobre funções lógicas em juízos, mas nestes já é pensada a ligação e por consequência a unidade de conceitos dados*⁶.

Kant distingue entre representação e pensamento: “A representação que pode ser dada *antes* de todo pensamento denomina-se intuição.”⁷ Sobre isto cabe salientar duas coisas, (1) a representação é o processo fundamental, e através de relações entre representações é que se torna possível o pensamento; (2) tanto a representação quanto a relação sintética entre representações é regida pelas mesmas regras, isto é, essas regras (as categorias do entendimento) determinam a síntese, seja do múltiplo dado à intuição sensível (reunida sobre a unidade da *apercepção*), seja do pensamento enquanto relação sintética de representações (seja do conceito, enquanto síntese do múltiplo das intuições sensíveis, seja de juízos enquanto relações entre conceitos ou juízos entre si).

O que significa que a representação pode ser dada *antes* do pensamento? Parece significar que na gênese empírica da formação do pensamento a intuição é *temporalmente* anterior. Logo depois, Kant afirma “Portanto, todo o múltiplo da intuição possui uma referência necessária ao

⁶ *Ibid.* Grifo nosso.

⁷ *Ibid.*, p. 81. Grifo nosso.

eu penso, no mesmo sujeito em que este múltiplo é encontrado. Esta representação, porém, é um ato de espontaneidade, isto é, *não pode ser considerada pertencente à sensibilidade*.⁸ Toda intuição, para Kant, é sensível, e assim ele exclui a possibilidade de se tratar humanamente de qualquer forma de intuição intelectual: “Um entendimento, no qual todo o múltiplo fosse ao mesmo tempo dado pela autoconsciência, intuiria; o nosso só pode pensar e precisa procurar a intuição nos sentidos.”⁹ Dizer “eu penso” enquanto condição de unidade do múltiplo da intuição é separar, na representação, o que é intuição sensível e o que é a condição de sua unidade. Isto significa que o *eu penso* não é uma intuição sensível. Como Kant nega a possibilidade de qualquer intuição intelectual, deve-se concluir que o *eu penso*, enquanto condição transcendental de representações sensíveis e pensamentos, não é um conceito derivado de intuição.

Dada esta separação entre a unidade do múltiplo e a intuição sensível, como entender a relação entre a intuição e o pensamento? Ora, Kant parece aceitar que a representação (do múltiplo dado à intuição) é anterior ao pensamento. Porém como o múltiplo pode ser representado? Apenas através da referência à unidade de toda representação – uma unidade de todo o múltiplo ou algo que reúne sob si este múltiplo através da unidade deste múltiplo em toda representação. “Com efeito, as múltiplas representações que são dadas numa certa intuição não seriam todas representações minhas se não pertencessem todas a uma autoconsciência.”¹⁰ Esta unidade é *a priori* e Kant chama de “*apercepção pura*, para distingui-la da empírica, ou ainda *apercepção originária* por ser aquela autoconsciência que ao produzir a representação *eu penso* tem que poder acompanhar todas as demais e é uma e idêntica em toda consciência, não podendo ser acompanhada por nenhuma outra.”¹¹

Assim o *eu penso* é considerado, tanto quanto a intuição, uma representação – ou ao menos algo representável. É uma representação que é adicionada à toda outra representação (seja ela sensível ou discursiva), sendo esta representação do *eu penso* a mais fundamental, pois é ela que possibilita a unidade das representações e assim a consciência do sujeito de suas próprias representações.

⁸ *Ibid.*

⁹ *Ibid.*, p.82.

¹⁰ *Ibid.*, p.81.

¹¹ *Ibid.* Grifo nosso.

A saber, esta identidade completa da apercepção de um múltiplo dado na intuição contém uma síntese de representações, e só é possível pela consciência desta síntese. Pois a consciência empírica que acompanha diferentes representações é em si dispersa e sem referência à identidade do sujeito. Esta referência não ocorre pelo simples fato de eu acompanhar com consciência toda representação, mas de *eu acrescentar uma representação à outra e de ser consciente da sua síntese*. Portanto, somente pelo fato de que posso, numa consciência, ligar um múltiplo de representações dadas é possível que eu mesmo me represente, nessas representações, a identidade da consciência, isto é, a unidade analítica da apercepção só é possível se pressuponho alguma unidade sintética qualquer¹².

3. A impossibilidade de determinação conceitual *a priori* do conceito de *eu*

Pela distinção entre a *unidade analítica* e *unidade sintética* fica clara também a distinção entre o conceito *a priori* e o conceito empírico de *eu*. O conceito *a priori* é a apercepção transcendental, isto é, a condição *a priori* da síntese de diferentes representações em uma mesma consciência. Esta unidade é transcendental, portanto indiferente a qualquer conteúdo determinado de intuições ou pensamentos. Esta capacidade de síntese é ela mesma a possibilidade da consciência empírica. Agora, justamente através das sínteses de representações, é possível – analiticamente – encontrar, fazendo a relação entre as representações (ou seja, sintetizando o múltiplo na unidade) o *eu*. Quando abstraio do conteúdo das representações, encontro o conceito analítico *transcendental* de *eu*. Se levo em consideração o conteúdo das representações ou sua ordem como me aparecem no tempo, tenho o conceito empírico de *eu*.

Desta maneira, Kant delimita o campo de conhecimento *a priori* do conceito de eu. Temos de compreender a restrição que Kant faz à aplicação das categorias para compreender porque Kant nega a possibilidade da psicologia racional – isto é, do conhecimento *a priori* dos conteúdos do conceito de eu.

As categorias só são aplicáveis a objetos dos sentidos, ou a conceitos de possíveis objetos dos sentidos. Tudo que cai a intuição sensível é ou sentido externo (espaço) ou interno (tempo). Sempre que se aplicam as categorias a um objeto (seja ele conceito ou intuição) este só tem validade enquanto conhecimento se tem relação com uma intuição sensível.

¹² *Ibid.* Grifo nosso.

Por isso, mediante a intuição as categorias não nos fornecem também conhecimento algum das coisas senão apenas através da sua aplicação à intuição empírica, isto é, servem só à possibilidade do conhecimento empírico. Este chama-se, porém, experiência. Por conseguinte, as categorias não possuem nenhum outro uso para o conhecimento das coisas senão apenas na medida em que estas forem admitidas como objetos da experiência possível¹³.

A questão da psicologia se apresenta então da seguinte maneira:

[...] de que modo este [o sentido interno] nos representa à consciência somente como nos aparecemos, não como somos em nós mesmos, pois nos intuímos apenas como somos internamente afetados, e isto parece contraditório na medida em que teríamos que nos comportar como passivos diante de nós mesmos; por isso, nos sistemas de Psicologia costuma-se de preferência fazer o *sentido interno* passar por idêntico à faculdade de *apercepção* (que nós distinguimos cuidadosamente)¹⁴.

Visto que a determinação categorial do conceito de *eu* depende da intuição sensível, é necessária a aplicação das categorias ao *eu* enquanto conteúdo do sentido interno – relevando os pensamentos determinados dados no tempo em minha consciência – ou a associação deste eu à objetos do sentido externo – no espaço, nesse caso, o corpo. Enquanto toda aplicação das categorias se dá na determinação objetiva do objeto¹⁵, o conceito é então tomado como objeto. Assim o *eu* é tomado como objeto pela autoconsciência, e neste caso o conceito objetivo de eu nunca pode se identificar com a *apercepção transcendental*, que não é objeto, mas condição de unidade das sínteses. Determinar o conceito de *eu* exige, portanto, experiência.

Com estas restrições Kant pode refutar qualquer teoria metafísica que procure determinar ontologicamente o *eu*, ou, o que é o mesmo, a alma. Kant critica a tradição que busca afirmar a existência da alma através do fato do pensamento, e assim também qualquer afirmação ontológica da alma enquanto substância – pois substância é uma categoria, e como vimos as categorias só são aplicáveis a objetos da experiência possível. Com relação a alma não temos

¹³ *Ibid*, p.87.

¹⁴ *Ibid*, p.89. Grifo nosso.

¹⁵ Cf. §18 da dedução transcendental – “O que é unidade objetiva da autoconsciência”. In: , *Crítica da Razão pura*. In: Os Pensadores, quarta edição, volume 1. São Paulo: Nova Cultural, 1991, p. 84.

nenhuma possibilidade de intuição direta, mas apenas o reconhecimento analítico da consciência de si enquanto unidade de todas as representações, que é meramente formal. Para além disso, o conteúdo são as determinadas representações e pensamentos que pertencem a uma determinada consciência unificada pela *apercepção*, o que porém traz conteúdos subjetivos e de nenhuma maneira podem servir como base para afirmações ontológicas sobre a alma.

Mediante o fato do simples pensar não conheço qualquer objeto, mas somente posso conhecê-lo enquanto determino uma intuição dada com vista à unidade da consciência, na qual consiste todo o pensamento. Portanto, conheço a mim mesmo, não pelo *fato* de que sou consciente de mim como pensante, mas na medida em que sou *consciente da intuição de mim mesmo*, enquanto determinada com respeito a função do pensamento¹⁶.

A esta determinação do “eu como ente pensante” enquanto objeto de especulação puramente racional Kant chama Psicologia Racional¹⁷. A ilusão decorrente da análise racional deste conceito, que ultrapassa os limites do conhecimento, Kant chama Paralogismo da razão pura¹⁸. Desta maneira a proposição “penso, logo existo”, que identifica o pensar com a existência, é na verdade já dependente da experiência, logo a experiência do pensar (enquanto sentido interno, ou seja, os pensamentos ocorrem no tempo) é já um existir (mas não há nenhuma identidade conceitual entre pensar e existir, mas sim que o pensamento é intuído como um evento temporal, e a esta intuição se aplica a categoria de existência, logo é um juízo sintético), mas esta proposição é sempre um pensar determinado que abstrai das condições empíricas.

Entretanto, a proposição: eu penso, enquanto equivale a: eu existo pensando, não é uma simples função lógica, mas determina o sujeito (que, com efeito, é ao mesmo tempo objeto) com respeito à existência, e não pode ocorrer sem o sentido interno, cuja função fornece sempre o objeto, não como coisa em si mesma, mas simplesmente como fenômeno. Em tal proposição, portanto, não há mais uma simples espontaneidade do pensamento, mas também uma

¹⁶ Cf. KANT, *Crítica da Razão pura*. In: Os Pensadores, quarta edição, volume 2. São Paulo: Nova Cultural, 1991, p. 34. Grifo nosso.

¹⁷ Cf. KANT, *Crítica da Razão pura*. In: Os Pensadores, quarta edição, volume 2. São Paulo: Nova Cultural, 1991, p. 31.

¹⁸ Cf. KANT, *Crítica da Razão pura*. In: Os Pensadores, quarta edição, volume 2. São Paulo: Nova Cultural, 1991, p. 30.

receptividade da intuição, isto é, o pensamento de mim mesmo aplicado à intuição empírica do mesmo sujeito¹⁹.

Então Kant conclui que toda tentativa de afirmar a identidade da consciência no tempo, a substancialidade da alma, a simplicidade desta substância da alma e a independência da alma do corpo, dependem sempre de intuições sensíveis, e estas intuições não são possíveis. Assim toda a doutrina metafísica que faz, a partir de meros conceitos racionais, as afirmações categoriais sobre o conceito de *eu* está cometendo uma falácia, a saber, a do paralogismo – uma ilusão causada por uma idéia da razão, mas que não permite ser conhecida. “Consequentemente, através da análise da consciência de mim mesmo, no pensamento em geral, não se ganha nada com respeito ao conhecimento de mim mesmo como objeto. A exposição lógica do pensamento em geral é tomada falsamente por uma determinação metafísica do objeto²⁰.”

¹⁹ *Ibid*, p. 43.

²⁰ *Ibid*, p. 34.